

Intervenção do Deputado Jaime Jorge  
Visita do G.R. à Ilha do Pico  
Horta, 27 de Setembro de 2006

Senhor Presidente  
Senhoras e senhores deputados  
Senhora e senhores membros do Governo

Treze, catorze e quinze do corrente, foi a data que o Governo Regional dos Açores escolheu, para em 2006 cumprir a sua obrigação estatutária, para com a ilha do Pico.

A visita do Governo Regional a qualquer ilha, apesar de ser um acontecimento regular, parecendo até padecer já de uma certa rotina, própria de quem vai só para cumprir uma obrigação formal, é sempre localmente um acontecimento digno de registo, uma lufada de ar fresco no clima bucólico que se faz sentir por estas ilhas mais afastadas dos grandes centros, causando sempre alguma expectativa, pelas novidades que poderão trazer, nas instituições e empresas, que nestas estão sedeadas.

Mais uma vez neste caso, nada fugiu à regra. Nem tão pouco a forma displicente e enfadonha com que este Governo Regional encarou e resolveu esta sua obrigação.

Mais do que uma mera obrigação estatutária, que urge cumprir para despachar, estes encontros deveriam ser autênticos momentos de discussão com as forças vivas de

cada ilha, eficazmente representadas nos seus concelhos de ilha, de modo que as estratégias de desenvolvimento para cada uma delas, fosse exaustivamente discutida e periodicamente concertada com aquilo que são as expectativas dos agentes locais, que muitas vezes quem sabe com quanto custo, alavancam esse mesmo desenvolvimento.

Não quero no entanto fazer parecer, que esta visita do Governo Regional, à ilha do Pico, nada teve de positivo. Não é assim que gostaria de ser interpretado. Ela comportou, sem dúvida aspectos muito positivos. Por esses, felicito e congratulo o Governo Regional. Gostaria contudo que entendessem, que é com a mesma frontalidade e honestidade que reconheço o mérito, que vou apontar o dedo àquilo que em minha opinião não foi tão bem sucedido, nesta busca que nos move a todos, Governo e oposição, da perfeição naquele que deverá ser sempre o melhor serviço ao povo Açoriano.

Este Governo apresentou nesta visita, alguns projectos interessantes, dos quais destaco: O projecto de Requalificação da Reserva Florestal de Recreio da Quinta das Rosas, o projecto do Laboratório Regional de Enologia e o projecto de reordenamento do Porto da Madalena. Este ultimo é sem duvida um excelente projecto, que a concretizar-se, resolve de vez os problemas emergentes da actual infra-estrutura.

Inaugurou o matadouro industrial do Pico, obra estruturante para o desenvolvimento da ilha, embora este

só venha a entrar em pleno funcionamento daqui a alguns meses ... enfim geriu expectativas.

Mas nem tudo foram rosas. Ou melhor, ao abrir o seu regaço, este Governo pretendia que apenas caíssem rosas, só que desta vez estas tinham alguns espinhos. Espinhos aguçados que ficaram cravados, nas ilusões do povo do Pico.

Todos nós sabemos que governar é sobretudo estabelecer prioridades e que quem governa não consegue executar tudo o que é necessário, em simultâneo. Mas nem é disso que se trata e se pedia.

Depois de na visita do Governo Regional à Ilha do Pico em 2005 e quando confrontado com as preocupações do concelho de Ilha, sobre a exclusão do Pico das majorações resultantes do Fundo de Coesão, o Sr. Presidente do Governo Regional disse que o Fundo de Coesão era para avançar tal como estava decidido, sem prejuízo de volvidos um ano sobre a sua aplicação reavaliar-se essa decisão.

Seria no mínimo de esperar, que um ano depois e perante a preocupação do concelho de ilha, de novo sobre este tema, que este Governo, nesta visita, trouxesse mais do que uma resposta algo lacónica e redundante do Sr. Presidente do Governo Regional, em tudo idêntica ao que já havia sido dito por parte deste Governo, há um ano atrás.

Dizer que a ilha do Pico apresenta bons níveis de desenvolvimento, que regista níveis de aproveitamento dos vários programas de incentivos ao investimento muito satisfatórios e que o povo do Pico é dinâmico empenhado e trabalhador, apesar de verdade, sabe a pouco, já não é novidade e já deixou de encantar.

De tudo isto o povo do Pico está consciente. Se o povo do Pico não fosse empenhado e trabalhador, teria por ventura sobrevivido às condições duríssimas daquela ilha?

O que o povo do Pico não consegue entender, são as afirmações do Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores e do Sr. Secretário Regional da Economia, de que o nível de desenvolvimento que a ilha do Pico regista actualmente, permitem-no dispensar as majorações que resultaram da criação do Fundo de Coesão.

Que efeito não teria nesta gente, se ao invés, este empenho e esta capacidade de trabalho pudesse ser reconhecida e premiada.

Estas afirmações são, na maior parte das vezes, sustentadas pelo interesse que o Pico despertou em alguns investidores de fora da região, na sequencia do conjunto de investimentos realizados no aeroporto desta ilha e com a possibilidade desta Gateway, poder vir a receber voos directos do exterior.

E esta questão leva-nos directamente a outra, tão ou mais premente do que a primeira, que está na ordem do dia das

preocupações e reclamações dos picoenses. O aumento de voos do exterior directamente para aquele aeroporto. Reivindicação tão justa quanto merecida.

Por isso não se entende que este governo também nesta questão, pelo titular da pasta da economia, não tenha deixado uma resposta que acabe de vez com os piores temores das gentes do Pico, de que mesmo depois de instalados os depósitos de combustível, a questão não vai ser facilmente resolvida com as transportadoras.

É fácil para qualquer pessoa entender que uma rota não se constrói num dia nem num ano, no entanto o que se pedia era só mais um voo e que nenhum destes passasse pela Terceira, como se verifica actualmente, com claro prejuízo para os passageiros destas duas ilhas. Com apenas um voo e ainda por cima com escala nesta ilha, como poderá esta rota crescer e consolidar-se enfim afirmar-se só por si?

Os mais cépticos já dizem que o argumento dos depósitos de combustível, não passa disso mesmo, para esconder dificuldades de outra natureza.

É que este aeroporto só será uma obra verdadeiramente importante para o desenvolvimento desta ilha, quando efectivamente tiver uma utilização condizente com o objectivo da sua construção. Doutra forma o esforço e investimentos ali aplicados, não terão valido a pena.

E sem aeroporto a funcionar em pleno, é manifestamente cedo para afirmar-se que a ilha do Pico está muito mais

próxima, em termos de desenvolvimento, das ilhas que estão excluídas das majorações criadas pelo Fundo de Coesão.

Finalmente a resposta à questão levantada sobre o porto de São Roque veio demonstrar que este Governo, a médio prazo não tem nenhuma intenção de ali realizar qualquer tipo de investimento.

É preciso ter sempre presente que o porto de S. Roque do Pico é o porto comercial por excelência desta ilha, o porto por onde entram e saem todas as mercadorias e que na ilha do Pico não existe actualmente outro que possa cumprir convenientemente esta função.

Por outro lado, este porto tem um papel importantíssimo como porto de passageiros, no contexto do desenvolvimento do transporte marítimo de passageiros do triângulo, enquanto ponto de ligação privilegiada com a ilha de S. Jorge.

Por tudo isto, e pela importância que esta infra-estrutura representa para o desenvolvimento da ilha do Pico, escamotear as questões levantadas no concelho de ilha, a este propósito, é tentar iludir o povo do Pico sobre a sua importância e defraudar as expectativas até aqui criadas e alimentadas.

Disse.